

## **Mulher, Mídia e Poder no Brasil: desafios de um jornalismo cidadão**

*Fernanda da Escóssia<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O artigo utiliza a metodologia da análise do discurso para avaliar, na cobertura jornalística, o ressurgimento da questão feminina. Com base nos conceitos de poder e violência simbólica, em diálogo com a obra de Pierre Bourdieu, e de circulação discursiva, formulado por Eliseo Verón, o artigo analisa criticamente estratégias do campo jornalístico, apontando erros e acertos no tratamento de demandas de gênero. Em títulos e textos aparecem estratégias de objetificação das mulheres e culpabilização das vítimas, mas também de didatismo, explicando temas como sororidade (solidariedade entre mulheres) e cultura do estupro. O artigo destaca a influência das redes sociais neste processo, relatando como tal debate foi tratado nas aulas de Redação Jornalística 2 na UFRJ e culminou com a elaboração, por um grupo de alunas, de uma cartilha sobre jornalismo e gênero.

### **Palavras-chave:**

Gênero. Jornalismo. Discurso.

### **Abstract**

The article uses the methodology of discourse analysis to evaluate, in journalistic coverage, the resurgence of the feminine question. Based on the concepts of power and symbolic violence, in dialogue with the work of Pierre Bourdieu, and discursive circulation, formulated by Eliseo Verón, the article critically analyzes strategies of the journalistic field, pointing out errors and correct answers to the demands of gender. The article highlights the influence of social networks, reporting how this debate was treated in Newswriting classes at UFRJ and culminated in the elaboration, by a group of students, of a primer on journalism and gender.

**Keywords:** Gender. Journalism. Speech.

---

<sup>1</sup> Fernanda da Escóssia é jornalista e professora universitária da UFRJ e do IBMEC Rio. É mestra em Comunicação pela UFRJ e doutoranda em História, Política e Bens Culturais no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea) da Fundação Getúlio Vargas.

\_ Professora, o que a senhora acha desse perfil dizendo que a vítima do estupro coletivo era drogada?

\_ Professora, a senhora acha relevante afirmar que a moça assassinada era stripper?

\_ Professora, a senhora avalia que é preciso escrever que essa atleta é mulher de um piloto de Fórmula 1?

Professora, a senhora viu isso, professora, a senhora sabe aquilo... além de uma constatação inevitável \_ virei senhora para os alunos\_, as aulas de Redação Jornalística 2 do semestre de 2016.1 na UFRJ me obrigaram a aprofundar a reflexão sobre como o noticiário jornalístico trata questões de gênero. Nos últimos anos, antes mesmo de começar a lecionar, iniciei uma pesquisa sobre como a figura feminina aparece no conteúdo jornalístico de grandes veículos brasileiros. A coleta começou de modo aleatório, resultado da minha observação sobre um tema no qual tinha interesse como jornalista. Constituí uma amostra com material de várias editorias, as seções nas quais os assuntos jornalísticos são agrupados.

Em abril de 2016, já na UFRJ, apresentei parte da pesquisa numa conferência na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e, em seguida, nas aulas de Redação Jornalística. O semestre parecia propício para discutir questões de gênero num momento em que o Brasil retomava, com vigor renovado, o debate sobre protagonismo feminino. Nos últimos anos, houve inegáveis avanços. Em 2015, o Código Penal foi alterado para tipificar, dentro do homicídio, os crimes de feminicídio, os assassinatos de mulheres motivados por sua condição de gênero. Em 2016, completaram-se dez anos da Lei Maria da Penha, que aumentou a punição para casos de violência doméstica. Em 2015, a violência doméstica foi o tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), prova realizada por estudantes que desejam ingressar na universidade.

Mas também são tempos de barbárie. Em 2014, o país registrou, 4.757 assassinatos de mulheres \_ no ano da Copa do Mundo, 13 mulheres foram assassinadas por dia, mostra o relatório Atlas da Violência 2016, com dados colhidos do SIM (Sistema de Informações de Mortalidade) do Ministério da Saúde. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, também do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indica a ocorrência de 45.460 casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação aos

50.438 casos registrados em 2014. Chega-se à horrenda contabilidade de um estupro a cada 11 minutos, aproximadamente, sabendo que muitos casos não são notificados.

Entre a barbárie e os avanços, a questão de gênero tem sido amplamente debatida no Brasil dos últimos anos, e, numa sociedade cada vez mais midiaticizada, a comunicação está no centro do debate. A mídia noticiou todos os episódios e relatórios aqui citados. Dois deles se transformaram em exercícios nas aulas de Redação: a denúncia, por alunas da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro), de casos recorrentes de estupros no campus da universidade, na Região da Baixada Fluminense, e o macabro estupro coletivo do qual foi vítima uma jovem de 16 anos, na Zona Oeste do Rio. Diante do interesse das turmas, convidei para uma entrevista coletiva em sala de aula a juíza Adriana Ramos de Mello, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ao final do semestre, um grupo de alunas apresentou uma cartilha com dados da violência contra a mulher no Brasil e exemplos práticos de erros e acertos da cobertura jornalística na questão de gênero. Foi uma recompensa perceber que muitos dos problemas da minha pesquisa estavam na cartilha, ao mesmo tempo em que novos temas eram trazidos pelas estudantes. Outros alunos escreveram cartilhas sobre racismo, questão LGBT, migração e violência urbana, no projeto intitulado Cartilhas de Jornalismo Cidadão.

Agradeço imensamente às turmas de Redação Jornalística de 2016.1 e 2016.2 pela audiência atenta das aulas, pelos questionamentos e dúvidas. Um agradecimento carinhoso às alunas Anna Carolina de Castro, Júlia Afonso, Luísa Martins, Nadedja Calado, Renata Tedeschi, autoras da cartilha sobre gênero. Elas me ajudaram a ter certeza de que, neste momento em que o Brasil retoma o debate sobre a condição feminina, o jornalismo, com seus erros e acertos, tem papel fundamental. Um pouco do que aprendemos está neste texto, escrito para apresentação oral no V Colóquio Semiótica das Mídias, atividade do Ciseco (Centro Internacional de Semiótica e Comunicação), em Japaratinga, Alagoas, em setembro de 2016. A partir dessas reflexões, o artigo discute violência simbólica e midiaticização, passando a uma análise da circulação discursiva da temática de gênero.

## 1. Violência simbólica e jornalismo na sociedade midiaticizada

Na análise do discurso jornalístico, dialogo especialmente com dois autores: Pierre Bourdieu, com os conceitos de poder simbólico e violência simbólica, nos quais o campo jornalístico tem um papel específico; e Eliseo Verón, que busca na categoria de midiaticização a chave para falar do papel da mídia na circulação discursiva das sociedades contemporâneas. Se Bourdieu permite reconhecer na esfera do simbólico o poder de instaurar significado, Verón discute como a internet, fenômeno midiático contemporâneo, traz para o centro da discussão o modo pelo qual os discursos sociais circulam. Segundo Bourdieu, o poder simbólico permite construir narrativas, produzir e reproduzir crenças. É o poder de fazer significar:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p.14)

Entre essas formas de poder, está a violência simbólica \_ simbólica, mas não por isso menor. É uma violência exercida por palavras e imagens, pela construção conjunta de sentidos, uma violência que ultrapassa as cifras dos relatórios de mortes e agressões físicas já citados e associa-se, no dizer de Bourdieu, a instituições interligadas, tais como a família, a Igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo. São instituições e campos limitadores da temática feminina, pela forma como exercem sobre as mulheres a violência simbólica, a

Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002)

O discurso jornalístico se configura, assim, um campo no qual se exerce a violência simbólica contra as mulheres, e salta aos olhos, na definição bourdieusiana de campo, sua conceituação como um espaço onde se manifestam relações de poder

marcadas pela distribuição desigual de importância e pela disputa dos participantes entre si. O campo se organiza a partir da existência de um capital em disputa e se movimenta na medida em que seus participantes lutam em defesa de seus interesses específicos. O objetivo desta luta é o alcance do poder simbólico, o poder de significar, e os campos têm sua estrutura modificada na medida em que seus participantes modificam suas estratégias de luta. Para Bourdieu, o campo jornalístico segue a lógica de luta pelo poder e é um dos espaços no qual se realiza a violência simbólica de gênero.

Não há como falar em jornalismo hoje sem inseri-lo no contexto de uma sociedade hipermidiatizada, na qual a comunicação tradicional teve seu poder multiplicado pelo fenômeno digital, com a explosão das redes sociais. Ao historiar o surgimento do termo midiática, Verón faz uma leitura antropológica do termo e lembra que as sociedades humanas são midiáticas desde a invenção da escrita, pois o homem sempre usou uma intermediação para sua comunicação. Assim, diz ele, “a midiática é apenas o nome para a longa sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências”. (VERÓN, 2014, p. p. 14)

Na forma como o utilizamos mais frequentemente hoje, afirma Verón, o conceito de midiática, ou hipermidiática, foi apresentado nos anos 90 como a emergência de multimeios no mundo intertextual marcado pela internet. O prefixo hiper aludiria não apenas ao modo como o processo se dá mas também a seu caráter planetário, como um produto da era pós-industrial, que ultrapassa os limites nacionais e ocorre no contexto da globalização. (VERÓN, 1997) Ao mesmo tempo, Verón atualiza as discussões sobre comunicação ao falar da midiática como algo que supera a esfera da produção discursiva, no esquema antigo em que o produtor de discursos era o pólo mais importante do esquema comunicacional.

Estudioso dos processos de recepção, Verón os ultrapassa com o conceito de circulação discursiva: um processo no qual produtores e receptores de mensagens interagem de modos distintos do que até então se via. A circulação discursiva está relacionada ao fenômeno da internet, que amplia o número de produtores de discursos e,

mais do que eliminar etapas, permite que elas ocorram de modo simultâneo, instaurando novas ordens de significação. Fausto Neto assim define a circulação discursiva:

Trata-se da complexificação do processo da comunicação e não de sua desobjetivação: não se trata da supressão dos lugares de produção e da recepção de discursos, mas de sua subordinação à configuração de novos regimes de discursividades nos quais o discurso está preso. Trata-se da ordem interdiscursiva onde a circulação – como “terceiro” – se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos. (FAUSTO NETO, 2010, p.60)

O conceito de circulação discursiva nos permite ver o entrelaçamento de discursos e sentidos em vários lugares antes associados apenas ao posto de “pólo de produção” ou “pólo de recepção” de sentido. E os discursos também se entrelaçam quando o assunto é a violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico.

## **2. Estratégias discursivas: em busca de um mapeamento**

Na tentativa de entender a circulação dos discursos midiáticos sobre a questão da mulher, selecionei uma amostra de aproximadamente cem títulos de jornais impressos e de sites, e um quarto dessa amostra constitui o corpus analítico deste artigo. O objetivo foi observar padrões e repetições para analisar estratégias constitutivas do discurso jornalístico. O desafio foi pensar a circulação discursiva sabendo que ela não é unívoca, ao contrário, é plena de ambiguidades. A análise confirmou a hipótese inicial: o discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que tem relevância na denúncia da violência física contra a mulher, cria estratégias de repetição da violência simbólica contra esta mulher.

Reportagens denunciando a violência contra a mulher e a rotina de fragilidade das vítimas têm se tornado cada vez mais comuns, mostra uma observação simples do noticiário. No corpus selecionado, é possível perceber reportagens na linha de denúncia, apontando a violência, a subnotificação de crimes e constatação da ainda frágil rede de apoio a vítimas de violência doméstica. É a estratégia enunciativa que classifico como **rotina de violência e atendimento falho**, perceptível em títulos como **1) “A covardia**

em números” (O Globo, daqui em diante, OG, 22/08/2014) e 2) “A rotina da violência contra as mulheres” (OG, 08/03/2013), 3) “Todos sabiam que a menina estava no meio dos homens” (Folha de S.Paulo, daqui em diante, FSP, 25/11/2007) e 4) “Em SP, bairros campeões em registro de estupro não têm delegacias especializadas” (FSP, 07/06/2016). O jornalismo assume aqui sua função mais nobre, revelar um drama social, cobrar providências e, como faz explicitamente o exemplo 3, dizer que todos sabem o que está acontecendo de errado \_ e esta é a notícia.

### Estratégia 1: Rotina de violência e atendimento falho



Outra estratégia utilizada pelo discurso jornalístico é o **relato do machismo**, frequente em reportagens que relatam atitudes e discursos misóginos. São títulos como 5) “Para rebater deputada, Bolsonaro diz que não a estupraria” (FSP, 09/12/2014), 6) “Não estupro porque você não merece”, diz Bolsonaro a Maria do Rosário (Istoé on line, 09/12/2014) e 7) “Em votação, deputada é chamada de delícia e deputados justificam voto pela família” (Diário de Pernambuco on line, 17/04/2016). Para situar melhor o leitor, os títulos 5 e 6 relatam a ofensa do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), parlamentar da extrema direita e defensor da tortura, contra sua colega, a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Numa discussão, Bolsonaro afirmou que não estuprava a colega porque ele não merecia. O título 7 relata o machismo com fina ironia: durante a votação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, deputados que votaram a

favor da saída de Dilma e justificaram sua decisão dizendo estar defendendo a família não contiveram o próprio machismo quando a deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO) foi votar. Saudaram-na como “delícia” \_ acharam que estavam fazendo um elogio a ela, talvez?

O noticiário político tem se mostrado um campo fértil para construções machistas, reflexo talvez da ainda pequena representatividade feminina entre cargos legislativos e executivos. Selecciono, do corpus, alguns exemplos do que chamo de **estratégia do elogio e do ataque**. Observemos os títulos **8)** “Calouras causam comoção entre veteranos na Câmara” (OG, 15/02/2015), sobre as deputadas federais em primeiro mandato, e **9)** “Marcela Temer: bela, recatada e do lar” (Veja on line, 18/04/2016), sobre a mulher do então vice-presidente Michel Temer. O tom das matérias é elogioso, mas o elogio é pela perspectiva masculina. As novatas, ainda em fase de “adequação da vestimenta”, causam comoção entre parlamentares experientes pela beleza e pelas unhas grandes e pintadas. Do mesmo modo, a reportagem sobre Marcela Temer, apesar do tom irônico, acaba sendo uma louvação, do ponto de vista masculino, do recato da personagem principal, do fato de ela ter se casado com o primeiro namorado e de seus vestidos na altura dos joelhos.

Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, destacam-se títulos da estratégia do elogio e do ataque, sempre do ponto de vista masculino. No título **10)** “As explosões nervosas da presidente” (IstoÉ, 03/04/2016), sobre a crise no governo em queda, o objetivo é tratar como típicas de histeria as reações de Dilma Rousseff. Do mesmo modo, o título **11)** “Dilma em Liquidação – Superqueima de cargos – Corra! Últimos Ministérios!” (Veja, 08/04/2016) confunde, propositalmente, o governo e a figura de sua ocupante ao afirmar, num tom machista, que Dilma está em liquidação.

Um mesmo título pode usar estratégias discursivas múltiplas, e a **objetificação feminina** está clara nos títulos **8)** e **9)**, sobre as calouras da Câmara e sobre Marcela Temer. Configuram estratégias de objetificação a valorização excessiva do corpo feminino e de características físicas ou a cobrança de padrões estéticos ou de comportamento, como estes títulos sobre a tenista russa Maria Sharapova: **10)** Sharapova e a maldição da celulite (globoesporte.com, 01/06/2007); **11)** “Musa de Wimbledon, Maria Sharapova exhibe celulites em foto comprometedoras!” (Extra,



02/07/2012); **12)** Maria Sharapova supera a chuva, mas não a celulite, e arrasa rival em Roland Garros (FSP, 31/05/2013). Qual a relevância jornalística da celulite de Sharapova?

Foi a pergunta dos leitores e da então ombudsman Suzana Singer, na nota **A CELULITE DA CAMPEÃ**, reproduzida a seguir: “A **Folha** sentiu a força e a fúria das redes sociais. Uma nota machista na ‘FolhaCorrida’ virou assunto na internet e resultou em 172 mensagens ao jornal. Acima da foto da tenista Maria Sharapova, que mostrava um pouco de celulite na sua coxa, saiu o título ‘Quase Perfeita’ e um texto dizendo que a tenista ‘supera a chuva, mas não a celulite’. As leitoras ficaram furiosas. Em vez de pedir desculpas pela grosseria, a Redação justificou-se dizendo que ‘foi uma tentativa de usar humor com a imagem da atleta, que tem status de celebridade não só pelos resultados em quadra mas também por sua aparência’. Os moços da Redação deveriam prestar mais atenção a uma das máximas do colunista Xico Sá: ‘homem que é homem não sabe, nem procura saber, a diferença entre estria e celulite’.” (FSP, 09/06/2013)

Da “Cartilha de Jornalismo \_ Mulheres”, escrita pelas alunas Anna Carolina de Castro, Júlia Afonso, Luísa Martins, Nadedja Calado, Renata Tedeschi, incorporo outro exemplo de objetificação feminina, que eu nomearia especificamente, com a licença das autoras, como **estratégia da coadjuvante de luxo**, ou seja, a recusa do protagonismo feminino, reduzindo a mulher à função de acompanhante do protagonista masculino. O título **13)** “Namorada de piloto da F1 está confirmada nos Jogos do Rio; conheça” (Uol,

04/07/2016) serve de exemplo dessa estratégia discursiva.



Outra estratégia do discurso jornalístico é a **culpabilização da vítima** de violência real, em construções que misturam erros técnicos sobre o conhecimento de crimes e enumeração de supostos “defeitos” da mulher que sofreu a violência. Selecciono, do corpus, títulos que exemplificam essa estratégia, como **14) Menina de 14 anos fazia programa com francês morto em Caucaia, diz polícia** (O Povo, 09/05/2016), alterado para **15) Menina de 14 anos seria explorada sexualmente por francês morto em Caucaia, diz polícia** (O Povo, 09/05/2016), e **16) Sexo entre menina e padrasto ocorria com mãe em casa, diz polícia em MS** (G1, 10/02/2016), alterado para **17) Estupro de menina pelo padrasto ocorria com mãe em casa, diz polícia** (G1, 10/02/2016). No fim da matéria, o site se desculpa: *“Nota da redação: o texto original desta reportagem foi modificado às 12h08 de sexta, dia 12. Expressões inadequadas foram retiradas. O G1 pede desculpas.”*

Nos títulos **14) e 16)**, o discurso jornalístico mostra também desconhecimento, ou pelo menos desatenção, sobre a legislação mais recente a respeito do crime de estupro. De acordo com a lei 12.015, de 2009, o crime de atentado violento ao pudor deixou de existir e passou a ser considerado estupro, ou seja, qualquer ato com sentido sexual praticado com alguém sem seu consentimento, até um toque íntimo, hoje é considerado estupro pela lei. Em casos de menores de 14 anos, é proibida qualquer conduta

sexual com ou sem consentimento, entendimento ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça em 2016.

Ainda na estratégia de culpabilização da vítima, selecionei títulos e trechos de reportagens sobre o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016. Embora o foco deste artigo sejam títulos, incluo este texto pelo que ele mobilizou de discussões dentro e fora de sala de aula. O motivo da polêmica na reportagem **18) Adolescente luta para superar trauma de estupro coletivo na Praça Seca (OG, 27/05/2016)** é a forma como a vítima foi apresentada: “A menina sem nome, de 16 anos, parecia na quinta-feira uma senhora idosa, derrubada pelo pior capítulo de **uma vida sem rumo, entre bailes funk e um tanto de droga, em que afundava mágoas antigas. Antes que o futuro pudesse surpreendê-la, superando um passado que já lhe deixara um filho de 3 anos em seu colo infantil**, a realidade foi mais rápida e cruel. A menina sem nome, que só tem o anonimato exigido por lei a protegê-la, foi estuprada por mais de 30 homens, numa favela na Praça Seca. (...) A **menina costumava frequentar bailes funk nos morros** da Barão e São José Operário, na Praça Seca, perto de sua casa, na Taquara. Há duas possibilidades: o envolvimento do namorado ou de traficantes, com a participação de outros criminosos chamados na comunidade. **Drogada**, a jovem foi uma presa fácil. Quando perguntada se houve participação do namorado — que, segundo a polícia, tem ligação com o tráfico —, diz não ter a mínima ideia. (...)” O texto segue dizendo que a jovem era **uma “adolescente problema”**, vaidosa, que gostava **de postar selfies com shorts e piercing**. Tinha duas tatuagens nos braços, como uma imagem do Cristo crucificado e um coração. Também publicava fotos com o filho e dizia como cuidava do garoto, frequentava encontros religiosos e publicava fotos de trechos da Bíblia. (OG, 27/05/2016)

O propósito do perfil jornalístico é traçar um retrato da jovem, contando suas desventuras, apontando problemas e qualidades. Questiono se algumas das características enumeradas \_ vida sem rumo, participação em bailes funk e um tanto de droga, adolescente problema, que postava selfies com shorts e piercing \_ não acabam contribuindo para a culpabilização da vítima do estupro. Ao mesmo tempo, o texto cita a preocupação da jovem com a filho e a dificuldade de criá-lo sem a presença paterna, as chamadas características positivas. De qualquer modo, é preciso estar atento para que o perfil da vítima não acabe se

transformando em justificativa para o crime ao destacar sua “vida sem rumo”. A vítima da violência real é novamente alvo de violência, desta vez da violência simbólica.

O contraditório nesse texto é que o título, sozinho, poderia ser incluído em outra estratégia discursiva, que chamo de **busca da superação**, usada em títulos como **19)** “Parem de me culpar”, diz adolescente vítima de estupro (Estadão conteúdo, 28/05/2010) e **20)** Os dias seguintes de uma sobrevivente (OG, 28/05/2016) e **21)** Desde cedo vítima de estupro coletivo criou estratégias para sobreviver (OG, 01/06/2016). Os títulos destacam como a vítima, explicitamente, reage à estratégia de culpabilização \_ ironicamente reforçada pelo perfil de sua “vida sem rumo”\_ e como se reergue depois do estupro.

Destaco, por fim, uma última estratégia discursiva comum no jornalismo e que tem sido muito usada na cobertura de questões de gênero: o **didatismo**. São característicos dessa estratégia títulos como **22)** Sororidade, substantivo feminino (OG, 26/03/2016), **23)** Violência contra a mulher: entenda o que é a cultura do estupro (Portal EBC, 10/06/2016) e **24)** Sabe qual é a relação entre cultura do estupro, questão e gênero e escola? (Uol Educação, 08/06/2016). O campo jornalístico é um palco privilegiado para introdução de ideias, assumindo a função de traduzir para o leitor temas até então pouco explorados, seja na política, na economia, na cultura ou, no caso desta pesquisa, no debate das questões de gênero. O tom de explicação é explícito, revelado em marcas enunciativas como “entenda” e “sabe”, além do claro tom de explicação do título **22)**, apresentando ao público uma palavra ainda pouco comum para o público em geral, sororidade, a solidariedade feminina. O jornalismo traz à luz conceitos como sororidade e cultura do estupro, realimentando, de modo que considero positivo, o debate sobre estes temas e a forma como aparecem na sociedade brasileira.

É curioso observar como o termo “cultura do estupro” está em transição, na mídia tradicional, do patamar “explicativo” para o patamar do “fato noticiado normalmente”. Observemos dois títulos em especial, do mesmo site noticioso, o G1: **25)** Mulheres fazem ato contra a cultura do estupro em São Luís (G1, 04/06/2016) e **26)** Ato contra ‘cultura do estupro’ ocupa faixas da Paulista em São Paulo (G1, 08/06/2016). Com quatro dias de diferença, em meio ao debate provocado pelo estupro coletivo no Rio, o site usa o termo cultura do estupro com e sem aspas, e as aspas indicam uma expressão ainda não totalmente assimilada pelo uso corrente, como uma construção dita por alguém ou marcando uma

palavra estrangeira... Em transição, o termo “cultura do estupro” sai do léxico especializado para o corrente.

### 3. Nos discursos cruzados, a força do #eufalante

“Seres humanos são midiáticos, e a midiaticização tem o objetivo de fazer circular os discursos”, lembrou o professor Adriano Duarte Rodrigues em sua conferência “O Devir Nómada da Escrita e da Modernidade”, proferida em setembro de 2016 no encontro Pentálogo VII. Numa sociedade hipermediatizada, a circulação discursiva não pode ignorar as redes sociais, nas quais, novamente citando Rodrigues, o “Qualquer-Um”, ser sem nome, sem rosto nem identidade definidos, se configura como produtor de sentido. A abordagem da questão de gênero exige um olhar compartilhado, a fim de observar como esse discurso circula das mídias tradicionais para as redes e das redes para as mídias tradicionais, sem ponto de partida único.

Na análise da circulação discursiva sobre a questão feminina, muitas vezes é possível localizar nas redes sociais um dos pontos de partida, e destaco os exemplos das campanhas #eunãomereçoserestuprada, #meuamigosecreto e #primeiroassedio. A primeira foi criada em março de 2014 pela jornalista Nana Queiroz, depois que uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indicou que 65% dos brasileiros acham que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas. A jornalista publicou nas redes uma foto sua com a frase “Eu não mereço ser estuprada”, e o movimento ganhou a adesão de 44 mil pessoas. As demais surgiram em 2015, criadas pelo site feminista Think Olga, depois que uma das participantes do reality show Master Chef Júnior foi alvo de comentários de pedófilos no Twitter. As campanhas estimularam mulheres a postarem nas redes comentários machistas e episódios de assédio dos quais haviam sido alvo, e reproduzo alguns sem identificar as autoras: “#MeuAmigoSecreto adora pagar de defensor das mulheres, mas não perde a oportunidade de enquadrá-las no padrão ou chamá-las de loucas”; “#MeuAmigoSecreto vive compartilhando posts feministas no facebook mas é o primeiro a rir de piada machista da rodinha”; “#primeiroassedio - Ônibus cheio, eu sentada no colo da minha mãe (cega). Homem abre o zíper da calça e me mostra o genital. Eu tinha 8 anos”;

“Com 8 anos um 'tio' me levou no cinema, me colocou no colo e colocou a mão debaixo do meu vestido”; “Eu tinha 9 anos e o pai de uma vizinha me chamou pra ir na casa e me fez sentar no colo dele, de frente”. Em poucos dias, houve mais de 80 mil relatos sobre o primeiro assédio.

Autores como Braga e Carlón nos ajudam a pensar a circulação entre as redes sociais e as mídias tradicionais. Carlón, ao analisar como a questão de gênero vem sendo tratada midiaticamente na Argentina, alerta para o fato de que os discursos circulam de cima para baixo, mas também de baixo para cima, ou seja, dos meios para seus usuários e dos usuários para os meios, sem um ponto único de partida. Quem antes era apenas receptor se transforma em produtor. Carlón também aponta o surgimento dos coletivos como novos sujeitos discursivos, participantes de um novo sistema midiático em que a produção não tem origem única nem pré-estabelecida. Braga, com sua teoria dos circuitos sociais, mostra como a midiatização modifica as ideias de especialização discursiva e favorece um movimento inverso em que processos habitualmente geridos por campos especializados passam a obedecer à lógica do acesso compartilhado; em certo sentido, se “des-especializam”. Sua reflexão examina aspectos dessa “transição”, apontando zonas de confusão e limites fluidos, mas também novas possibilidades comunicativas.

Entre essas novas possibilidades, incluo a produção discursiva sobre a temática de gênero originária das redes sociais e destaco sua estratégia comunicativa peculiar, o **#eufalante**. A proposta é valorizar a experiência vivida pelo usuário, o Qualquer-Um citado por Rodrigues, e dar a ela um novo sentido, modificando o lugar do usuário como mero receptor e transformando-o em produtor de sentido. Ao mesmo tempo, o ponto de vista da narrativa se altera: o texto em primeira pessoa, pouco usual no discurso jornalístico tradicional, se transforma na grande ferramenta do #eufalante, estratégia discursiva típica das redes sociais. O jornalismo tradicional, embora a utilize de vez em quando, reserva-a para narrativas específicas, os chamados relatos em primeira pessoa; nas redes, é o #eufalante que conta a história e assume o protagonismo discursivo.

#### **4. Em qualquer mídia, a busca por um jornalismo mais cidadão**

No dia 21 de setembro de 2016, quando apresentei esta comunicação ao Grupo de Trabalho “Processos de Sociabilidade” do Colóquio Semiótica das Mídias, foi divulgada uma pesquisa inédita do Datafolha a respeito da percepção dos brasileiros sobre o estupro. De acordo com a pesquisa, 30% dos brasileiros concordam com a frase: “A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada”. A pesquisa, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foi noticiada em vários veículos tradicionais e repercutiu nas redes sociais. Mais uma vez, a questão de gênero voltava à tona, e o discurso jornalístico assumia seu lugar de palco da circulação discursiva sobre o tema. Minha reflexão se renovava em tempo real, já que o objetivo deste trabalho era justamente analisar algumas formas pelas quais a circulação discursiva acontece entre a mídia tradicional e as redes sociais, num movimento sem direcionamento único e muito mais multifacetado do que nos acostumamos a pensar.

Nos termos de Bourdieu, a discussão sobre a temática feminina é marcada por estruturas limitantes, tais como Igreja, Estado, Família, Escola e Legislação. O campo do jornalismo reflete essas limitações, mas não de modo unívoco. Ao mesmo tempo em que estabelece estratégias discursivas de denúncia, relato do machismo e valorização da capacidade de superação da vítima de violência, o campo do jornalismo também recorre a estratégias como objetificação da condição feminina e culpabilização da vítima, fazendo, insisto, com que ela se torne alvo da violência real, mas também da violência simbólica. Por outro lado, a sociedade hipermediatizada permite um entrecruzamento de discursos originários de várias esferas, e as redes sociais se configuram como local novo para este cruzamento, alimentando o campo jornalístico e retroalimentando-se dele.

Neste quadro de hipermediatização e circulação discursiva ininterrupta, uma das propostas levadas às turmas de Redação Jornalística 2 da UFRJ foi refletir sobre o papel do jornalismo e seu desafio de, sendo produto desta sociedade, não ser dela prisioneiro \_ em qualquer tipo de cobertura. Por isso mais uma vez destaco a “Cartilha de Jornalismo \_ Mulheres” escrita por um grupo de alunas como uma tentativa de, sabendo das dificuldades e tentações, apontar caminhos possíveis. O trato das questões de gênero exigirá maior atenção aos novos temas e às velhas armadilhas, e o jornalismo não pode nem quer se transformar em um discurso que apenas repita a violência simbólica da qual

as mulheres já são vítimas. O desafio é buscar um jornalismo mais questionador e mais garantidor de direitos, atento aos novos sujeitos de discursos. Um jornalismo menos reprodutor de discursos existentes, mais humanizado e mais cidadão.

## 5. Referências bibliográficas

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

Atlas da Violência 2016, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ipea, Brasília, março de 2016.

AFONSO, Júlia, CALADO, Nadedja, CASTRO, Anna Carolina, MARTINS, Luísa e TEDESCHI, Renata. “Cartilha de Jornalismo \_ Mulheres” – trabalho apresentado em sala de aula na disciplina de Redação Jornalística 2, UFRJ, julho de 2016.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, José Luiz. Circuitos de informação, debate, aprendizagem, conferência proferida no Pentálogo VII, Japaratinga, Alagoas, setembro de 2016.

CARLÓN, Mario. ¿Como seguir ? La teoria veroniana y las nuevas condiciones de circulación, conferência apresentada no Pentálogo VII, Japaratinga, Alagoas, setembro de 2016.

FAUSTO NETO, Antônio. “As bordas da circulação”, in Revista Alceu, PUC RIO, v. 10 - n.20 - p. 55 a 69 - jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte e MENON, Walter. “O Devir Nómada da Escrita e da Modernidade”, conferência proferida durante o Pentálogo VII, Japaratinga, Alagoas, setembro de 2016.

VERÓN, Eliseo. “Esquema para el análisis de la mediatización”, in Diálogos n° 48, págs. 9-16. Buenos Aires, 1997.

\_\_\_\_\_. “Teoria da mediatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências”, in Revista Matrizes, v. 8 - N° 1 jan./jun. 2014, São Paulo – Brasil, pp. 13-19